

TRABALHO ESCOLAR E DOCENTE NOS DISCURSOS OFICIAIS NA REVISTA “NOVA ESCOLA”

Simone Barreto Anadon
Maria Manuela Alves Garcia

Resumo

Este estudo problematiza as formas como o trabalho escolar e docente e a identidade docente do ensino fundamental vêm sendo interpelada pelos discursos oficiais, veiculados na revista “Nova Escola” na última década do século XX. Inspirada numa análise de tipo foucaultiana, analisa um conjunto de matérias publicadas pela Revista “Nova Escola” entre os anos de 1994 e 2000, totalizando 14 números dessa publicação. Defende que o discurso oficial analisado culpabiliza as/os docentes pelo fracasso escolar, colocando em suas mãos a salvação da escola, reforçando uma ética religiosa que está na origem da função docente e que, contemporaneamente, se combina com um perfil docente mais moderno e arrojado, adaptado a um mercado globalizado.

Palavras-chave: discursos educacionais oficiais, reestruturações educativas, trabalho escolar, identidade docente.

School Work and Teachers’ Work in the Educational Discourses published in *Nova Escola*, a Journal.

Abstract

This study problematizes the ways in which school work and teachers’ work, besides the elementary school teachers’ identity, have been shown in official discourses published by *Nova Escola*, a journal aimed at teachers, in the last decade of the twentieth century. From a Foucaultian perspective, this paper examines articles published in 14 issues of the journal, from 1994 to 2000. It shows that the official discourse has blamed teachers for the failure of education, and has said they will save school, reinforcing religious ethics that is in the genesis of being a teacher. Nowadays, the teacher is also shown as being more modern, more audacious, and very well connected with the globalized market.

Key-words: official educational discourses, educational restructuring, school work, teachers’ identity.

Este trabalho tem como propósito problematizar as formas como o trabalho escolar e docente e a identidade docente vêm sendo interpeladas pelos discursos oficiais sobre educação, veiculados na revista “Nova Escola” na última década do século XX. Para tanto, buscando inspiração em uma análise do discurso de tipo foucaultiana, delimitou-se como *corpus* discursivo da investigação um conjunto de matérias e artigos publicados pela revista “Nova Escola” entre os anos de 1994 e 2000, que divulgou pronunciamentos e posições oficiais do governo e de seus representantes no Ministério da Educação acerca da educação fundamental e do trabalho docente. Foram selecionados 14 números dessa publicação no período de tempo indicado, com textos que prioritariamente traziam pronunciamentos oficiais do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza ou de secretários do respectivo ministério, e que manifestavam posições do governo brasileiro acerca da situação das escolas públicas, do trabalho e da formação docente, bem como divulgavam e justificavam as políticas educacionais e curriculares que foram propostas nessa década para o ensino fundamental.

Os anos da década de 1990 caracterizaram-se por uma intensa discursividade e retórica oficial que se utilizou ativamente da mídia impressa e áudio-visual para instituir uma imagem degradada, ineficiente e irresponsável dos serviços e trabalhadores públicos e estatais. A criação pelo discurso oficial de um certo pânico moral, que responsabiliza as professoras e os professores pela incompetência e o fracasso da escola pública brasileira, tem sido uma das estratégias discursivas mais produtivas das recentes políticas educacionais oficiais e tem estado no centro das reestruturações educativas que vimos assistindo no país desde a década de 1990. Conhecer e analisar essa retórica e o modo como interpela as/os docentes do ensino fundamental é de crucial importância no entendimento das mudanças em curso no trabalho escolar e docente no Brasil.

“Nova Escola”: um discurso de governo

Surgida em 1986, a revista “Nova Escola” pode ser considerada como a mais conhecida publicação dirigida aos docentes e com maior penetração entre a categoria. Isso parece se dever principalmente às alianças e parcerias que logo se constituíram no seu início, seja na sua elaboração e edição, seja na sua distribuição e divulgação. Uma parceria entre setores públicos e privados, exemplar dos mecanismos de governo

que têm sido adotados no Brasil nas últimas décadas na gestão e administração dos serviços ofertados pelo Estado e de interesse público.

Nos primeiros cinco anos de sua criação, um convênio entre o Ministério da Educação e a editora Victor Civita garantiu a distribuição gratuita da revista em todas as escolas públicas, arcando o governo com 70% do custo do periódico para que isso acontecesse. Em 1991, o governo de Fernando Collor retira a cooperação financeira, dificultando a aquisição da revista pelas escolas. Mas, logo no ano seguinte, em 1992, a FAE (Fundação de Assistência Estudantil) e a Fundação Victor Civita assinam novo convênio, desta vez garantindo a distribuição de apenas um exemplar de “Nova Escola” às escolas oficiais urbanas (Costa & Silveira, 1998).

Desde o seu surgimento, “Nova Escola” afirmou não ter a pretensão de ser uma publicação pedagógica, tanto que a revista é feita e dirigida por jornalistas. No entanto, ela tem esse caráter e é por muitos assim entendida e utilizada. O editor Victor Civita, já na edição número 01, afirmava que os objetivos da publicação eram:

fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho do seu trabalho; valorizá-la, resgatar seu prestígio e liderança junto à comunidade, integrá-la ao processo de mudança que ora se verifica no país; e proporcionar uma troca de experiências e conhecimentos entre todas as professoras brasileiras de primeiro grau. (NOVA Escola, março de 1986, p. 6)

Também na “Carta do Editor” desse mesmo número, Victor Civita (1986) deixa claro o vínculo entre a publicação e o governo federal:

Isto só nos foi possível graças ao apoio que recebemos de algumas empresas privadas e do próprio Ministério da Educação, (...). Tal fato não apenas revela o clima de diálogo e colaboração que impera hoje no Ministério da Educação, mas também demonstra o espírito público daquelas empresas privadas. (idem, p.6)

“Nova Escola” foi assim ganhando espaço nas escolas oficiais e entre as/os docentes, anunciando verdades, dando conselhos, tomando partido, sendo manuseada e comentada pelas professoras e professores na hora do recreio das escolas, nas secretarias e gabinetes dos órgãos educacionais, nas discussões de estudantes de magistério, de acadêmicas de licenciatura, tornando-se uma acessível e agradável fonte de informa-

ção e pesquisa, mostrando experiências bem-sucedidas, professoras e professores sorridentes e felizes apesar de tudo.

Na década de 1990, a revista, acompanhando as novas técnicas do mercado editorial, passa por uma revisão no que diz respeito à sua formatação gráfica. Apostando num público maciçamente feminino, começa a fazer parte de seu repertório o mesmo estilo ilustrativo, a mesma linguagem das demais revistas dirigidas às mulheres. Mais moderna e arrojada, com mais propagandas de produtos escolares e novas técnicas para seduzir a leitora, “Nova Escola” disputa com sucesso o mercado editorial pedagógico desses anos (Costa & Silveira, 1998) com um produto acessível, prático e atraente.

Numa análise como a que aqui empreendemos, para além de ingenuamente descrever práticas, traçar perfil de professoras e professores de sucesso, fornecer modelos de escolas bem-sucedidas, interpelar as professoras e professores com uma linguagem fácil e um projeto gráfico atraente, os discursos oficiais que a revista veicula apresentam as propostas oficiais para a educação e para o trabalho docente como saídas inevitáveis e “naturais” de uma situação-limite. Como um dos veículos do discurso oficial das últimas décadas, a revista Nova Escola institui verdades acerca do trabalho escolar e docente e disputa o espaço de formação de identidades e subjetividades professorais de nossos dias, concorrendo com uma série de outros discursos para instituir determinadas “realidades” acerca do trabalho escolar e docente. Desse ponto de vista, os discursos veiculados pela Revista podem ser tomados como mecanismos de governo, pois tentam criar um campo de possibilidades para as ações dos sujeitos aos quais se dirigem ou sobre os quais falam.

Há uma estreita relação entre discurso, poder e identidades. Operamos na análise que aqui se faz com o discurso como prática (Foucault, 1995) e tecnologia. Não uma mera instância de expressão de uma realidade que lhe é anterior e/ou o lugar no qual emerge um sujeito cognoscente com todos os seus condicionantes sociais, econômicos e culturais. O discurso, para além disso, tem efeitos de verdade e, nesse sentido, pode ser entendido como tecnologia que produz e tem efeitos práticos nas formas como as pessoas entendem o mundo e a si próprias nesse mundo.

As identidades docentes podem ser entendidas como aquelas posições de sujeito ou os modos de ser, pensar e agir com os quais os docentes se identificam, sendo um construto dinâmico e provisório resultante de diferentes processos de subjetivação levados a efeito em múltiplos espaços e instâncias sociais atravessadas por práticas discursivas as mais diversas. Os professores negociam particulares

modos de ser, sentir e agir a partir de suas vivências pessoais e sociais no seio da cultura e em meio a uma infinidade de tramas sociais e discursivas que atravessam os diferentes espaços de sua vida social, cultural e profissional.

Os discursos educacionais oficiais que tratam da docência e se dirigem aos/às docentes, interpelam os professores e as professoras na medida em que os/as posicionam em determinados lugares e formas de conduta. Desse modo, esses discursos têm efeitos normalizadores da conduta e do trabalho docente. Especialmente, o discurso educacional oficial desde a instituição e ampliação do sistema escolar de massas, como ressalta Lawn (2001), é um poderoso mecanismo de gestão tanto dos sistemas educacionais como da própria identidade docente. Alterações nas condições de trabalho dos professores, alterações de ordem técnica e política nas competências de trabalho tanto da escola como dos professores exigem mudanças nas representações do que é um professor e de como deve agir no exercício de suas funções.

As políticas educacionais da década de 1990, de inspiração neoliberal, implementam um conjunto de novas estratégias de gestão da escola e de controle do trabalho docente, como discutiremos a seguir.

Neoliberalismo e reestruturações educacionais na década de 1990

Podemos remontar ao final da década de 1980, no Brasil, à época do denominado ajuste estrutural neoliberal que vem estendendo ao país uma racionalidade de governo que tem como premissas a desregulamentação das relações entre capital e trabalho, a reificação da liberdade do mercado e a mínima intervenção do Estado especialmente nas questões econômicas mas também sociais.

Eleito Presidente em 1989, Fernando Collor de Mello inaugura esse “novo tempo”, apostando numa política anti-estatal, de privatizações e desregulamentações, prometendo a “moralização” do serviço público em meio a freqüentes escândalos propalados pelos meios de comunicação de massa, decorrentes do mau uso dos recursos públicos, da ineficiência dos serviços prestados pelo Estado e dos altos salários dos “marajás” da administração pública.

Seguindo a receita dos organismos financeiros internacionais e as condições impostas pelas sucessivas renegociações da dívida externa, os governos seguintes, para atrair o capital itinerante do mercado globalizado, tornam-se reféns das políticas e ajustes estruturais neoliberais dando continuidade e aprofundando uma série de medidas que têm como consequência o enxugamento do Estado, a ampliação da racionalidade de mercado e a reorientação dos gastos públicos do financiamento de

bens e serviços públicos para investimentos exigidos pelo capital. O pensamento neoliberal, desde esses anos, com o consentimento ativo da grande mídia impressa e audiovisual, penetrou o imaginário social brasileiro naturalizando o ideal de vida consumista, as idéias de competição, de individualismo, de livre concorrência, etc.

Não por acaso, é também na década de 1990 que inicia uma série de medidas e propostas que ainda hoje vêm configurando um movimento de reestruturação da totalidade do sistema educacional brasileiro. Essa reestruturação se caracteriza pela diminuição dos gastos e investimentos públicos na manutenção e ampliação da educação pública e estatal; pela cooperação entre órgãos do governo e setores da sociedade civil na manutenção dos custos e gestão dos serviços educacionais; pela penetração de uma racionalidade empresarial e de mercado no funcionamento e gestão das questões educacionais; pela instituição de uma política de controle do conhecimento e do trabalho docente, através da imposição de um currículo nacional e de exames nacionais que solidificam e aprofundam as já tão grandes divisões e hierarquias internas do campo educacional brasileiro.

Trabalho escolar e identidade docente nos discursos oficiais veiculados pela “Nova Escola”

Nos discursos analisados, tanto o fracasso como o sucesso da escola são creditados a professores e professoras. Ora são culpabilizados pelo caos e a ineficiência da escola pública por seu despreparo e incompetência, ora são responsabilizados pela salvação do amanhã.

Segundo as falas oficiais veiculadas pela “Nova Escola”, o perfil docente a ser combatido é o da professora alienada e defasada, necessitando ser urgentemente qualificada por programas de formação e de medidas que valorizem a carreira do magistério. (FHC, NOVA Escola, n. 81, 1994, p.12). “É hora de cuidar de sua carreira!”, chama a revista (NOVA Escola, n. 128, 1999, p.10), tempo de a professora investir no seu crescimento profissional. Toda a expectativa de uma melhoria na qualidade do ensino é repassada à professora, muito embora efetivamente não se proponham medidas de valorização profissional ou salarial e as professoras venham perdendo cada vez mais o controle sobre o seu processo de trabalho e os currículos. Frases de impacto como: “... os professores terão de fazer um esforço de reciclagem”; “Os professores da primeira à quarta série terão de se atualizar para atender às sugestões do MEC”, ignoram a presença majoritária de mulheres nessa modalidade de ensino e instituem a professora como uma profissional que se acomodou, que parou no tempo e não acompanhou a

evolução do mundo. Enfim, uma profissional relapsa que renegou sua tarefa de ser uma empreendedora de si mesmo e de transformações no seu trabalho.

Pode-se supor o forte impacto desse discurso, que culpabiliza as/os docentes pelo fracasso escolar e as/os coloca no centro de uma crise que tem variáveis intervenientes bem mais complexas. Um discurso que em nada contribui para qualificar ou valorizar uma categoria menosprezada e que goza de tão pouco prestígio social.

Por outro lado, os discursos da “Nova Escola” dão testemunho de que o milagre da boa vontade professoral e do sacrifício por uma causa nobre poderá operar: “No momento que você presta um bom serviço a comunidade fica do seu lado.” “Não adianta ter um monte de livros e materiais se o professor não tiver interesse”. “Inovar depende da gente. Se nós não fizermos ninguém faz.” “O interesse deles (alunos) faz com que a gente supere qualquer dificuldade.” (NOVA Escola, n.133, 2000). Ou ainda, quando o especialista em educação diz a uma certa altura “A educação só vai melhorar quando ele (o professor) tomar para si o poder de decisões”. (NOVA Escola, n. 133, 2000, p.18).

Dividida entre o sentimento de impotência e o de culpa, situa-se a mestra, que deverá estar em sala de aula amanhã cedo. “Mas lembre-se: a parte mais importante desse aprendizado depende do seu esforço”. (NOVA Escola, n.131, 2000, p.29). Toda a responsabilidade pesa agora sobre os ombros da professora.

O discurso educacional neoliberal dirigido à docência parece reanimar e fortalecer o discurso do sacerdócio, da vocação, do voluntariado. Por entre as páginas da revista, desfila o perfil da professora que tem uma missão a cumprir, que foi “escolhida” para a importante tarefa de educar. Para tanto, todo o sacrifício justifica-se, a abnegação é uma qualidade a ser conquistada e no final tudo valerá a pena, pois que a professora “nasceu” predestinada a dar de si em nome de tão nobre missão.

Os discursos educacionais oficiais, na atualidade, reinventam o aspecto missionário da função docente e dizem querer resgatar uma identidade perdida num tempo indefinido em que os docentes supostamente gozavam de prestígio e autoridade social pela relevante função comunitária e social que prestavam. O discurso oficial, quando posiciona as professoras num perfil desejado a ser ativamente construído por iniciativa das próprias professoras, apela para a imagem de uma docente mais arrojada e de acordo com as novas exigências do mercado de trabalho. As docentes devem ser profissionais empreendedoras de si mesmas e competitivas, devem tomar o destino de sua própria formação

e de suas escolas em suas mãos, ter iniciativa, audácia e espírito de competição. O sucesso e o fracasso é responsabilidade dos indivíduos.

O governo quer qualidade e sabe que isso tem um preço, pois a “professores mais bem pagos pode-se pedir melhor desempenho. Experimente ligar verbas suficientes e salários maiores com avaliação do desempenho escolar. É uma mistura explosiva, que tira o sentido de desculpas esfarrapadas para a má qualidade do ensino”.(NOVA Escola, n.102, 1997, p.9). Mas também deixa bem claro que não pretende envolver-se na questão salarial, como afirmava o próprio ministro Paulo Renato de Souza (NOVA Escola, n. 98, 1996, p.44): “o ministério não tem responsabilidade direta sobre o salário dos professores. Ou seja, não cabe ao governo federal fixar os salários que os Estados e Municípios devem pagar”. Intensificação dos processos de trabalho dos docentes e do processo de exploração é o resultado de uma política que amplia as tarefas docentes no conjunto do trabalho escolar sem alterações na condição salarial.

Colonizando o discurso da participação, histórica bandeira de luta dos movimentos educacionais, o discurso educacional oficial presente na “Nova Escola” imprime novo caráter ao verbete, conclamando a comunidade a participar da gestão dos recursos, que, a partir de então, serão repassados diretamente às instituições. A comunidade é convocada a uma empreitada mais complexa, qual seja, fiscalizar a qualidade do ensino nas escolas:

é vital que a educação vire notícia. Se a sociedade não estiver respirando o que está acontecendo nas escolas, não pode apoiar ou censurar, não pode dar legitimidade e aplausos aos que merecem ou puxar as orelhas dos que não dão conta do recado. (Depoimento de um economista. NOVA Escola, n. 133, 2000, p.13).

Segundo o presidente FHC (NOVA Escola, n. 81, 1994), cada um deverá fazer a sua parte:

Vou me empenhar em promover um ‘marketing social’ sobre a importância de os pais mandarem os filhos à escola. Outro desafio importante é fazer esses pais fiscalizarem as atividades de ensino por meio de conselhos escolares. (...) quanto mais as famílias e a sociedade se envolvem com a educação, mais ela se torna efetiva. Vou acionar também os Conselhos da Defesa da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares e o Ministério público para nos auxiliarem.(p. 10-11)

A comunidade, na retórica educacional oficial, é chamada a colaborar com as escolas e o governo, através de mecanismos como a parceria, a adoção e a solidariedade, seja no financiamento, seja no desenvolvimento ou na avaliação do trabalho desempenhado. O discurso da participação é acionado para que outros agentes sociais não-governamentais dividam os custos e a execução do trabalho que escolas e professores desenvolvem. A parceria, a adoção e a solidariedade são tecnologias de governo da racionalidade neoliberal na gestão da educação pública (Traversini, 2003). Um caminho que desresponsabiliza o Estado do financiamento e avança na direção da privatização dos bens públicos com as chamadas “gestões sociais”.

Nas palavras de FHC (NOVA Escola, n.81, 1994):

Para reverter o quadro do mau uso dos recursos públicos caberá ao governo federal assumir as funções de promotor, coordenador e gestor das prioridades educacionais. Mas penso que devem ser reduzidas as responsabilidades do Ministério da Educação e Desporto (MEC), como instância executora. (...) No entanto, cabe ao governo federal a articulação e coordenação da política geral da educação.(p.10)

Quer dizer, controle do conhecimento que é posto em circulação através dos currículos e das avaliações nacionais e descentralização dos encargos de financiamento e garantia de oferta dos serviços. Referindo-se à ampliação da participação nos Conselhos Escolares, a fala do presidente FHC (NOVA Escola, n. 81, 1994) diz ainda:

A participação da comunidade escolar – professores, pais, funcionários, alunos, famílias e representantes locais – no Conselho Escolar será fundamental para assegurar a gestão democrática e participativa do sistema público de ensino. Essa participação deve ter como objetivos principais a fiscalização e a avaliação permanente da qualidade do ensino. (p. 10-11)

Sob o discurso da participação, os Conselhos Escolares são convocados a assumirem as responsabilidades sobre o futuro das instituições educacionais. Num país de grande diversidade entre as classes sociais como é o Brasil, é possível prever que há escolas com grande possibilidade de sucesso em tal administração. Por exemplo, escolas cujos pais possuem maior disponibilidade de tempo para “participar” e cuja experiência administrativa provém de suas funções profis-

sionais, terão certamente vantagens sobre outras instituições escolares cujos pais trabalhadores têm pouca ou nenhuma disponibilidade de tempo e nenhuma experiência de gestão como a prevista pelo Ministério. Em conseqüência, os Conselhos tenderão a ser dirigidos por alguns mestres ou pais mais “participativos”. Enquanto que, para os pais de classe média, tal “participação” poderá ser uma forma de demonstrar suas capacidades e competências administrativas em prol da educação de seus filhos, para os pais das classes populares, tal empreitada poderá tornar-se uma extenuante tarefa a ser enfrentada por “causa de seus filhos”. (DALE, 2000).

Os discursos educacionais e as políticas curriculares oficiais partem do pressuposto básico de que existe um único padrão de qualidade de ensino: aquele que contempla as novas exigências do mercado de trabalho. Para FHC (NOVA Escola, n. 81, 1994):

Existe hoje claro consenso nacional a respeito a educação como política prioritária para consolidar nossa jovem democracia e preparar cidadãos mais habilitados e competitivos. Apenas assim, a juventude estará habilitada para o enfrentamento dos grandes desafios a que devemos responder no próximo milênio. (p.12)

O discurso do Presidente vai ao encontro dos desejos dos pais. Afinal, uma das maiores preocupações das famílias é garantir formação básica para encontrar “um” posto de trabalho em um mercado cada vez mais competitivo. Tais premissas revelam o atrelamento exclusivo da escola às demandas do mercado de trabalho, excluindo a possibilidade de qualquer discussão acerca das finalidades e conhecimentos que devem ser priorizados na educação básica.

Participação, sim, mas uma participação monitorada. Escolhas, desde que as já indicadas pelo poder governamental. Autonomia, mas dentro de um restrito espaço permitido. Enfim, o Estado retira-se do alvo de críticas e avaliações, de compromissos e responsabilidades, do fornecimento da educação, mas confirma-se enquanto autoridade reguladora e como controlador único e último do sistema de ensino. (DALE, 2000).

“E espera-se mais dos professores.”(NOVA Escola, n. 102, 1997, p.13) Precisam os mestres entregar-se a um contínuo processo de capacitação. Para isso, o Ministério da Educação diz ter preparado cursos de formação a distância embasados nos Parâmetros Curriculares Nacionais: “Produziremos programas de formação a distância para elevar a qualidade da educação básica. Esses programas devem garantir o treinamento e a capacitação em disciplinas específicas, mas

apresentarão também propostas de gestão escolar”. (FHC. NOVA Escola, n. 82, 1995, p.12)

É explícita a desvalorização do saber e do saber-fazer docentes e o continuísmo da política curricular nacional com uma tradição curricular eminentemente prescritiva: “Produzimos, veja só, muito material gráfico para eventos diversos, mas não temos ainda um manual para o professor do primeiro e segundos graus. Queremos fazer isso já”.(Paulo Renato de Souza, NOVA Escola, n. 82, 1995, p.52)

O aligeiramento da formação profissional dos/as docentes pela diminuição do tempo de formação dedicado às ciências básicas da educação, o entendimento da docência como uma tarefa “prática”, com o conseqüente privilégio de saberes práticos na formação profissional e acadêmica, são tendências que já despontavam no discurso educacional oficial da década de 1990. Um exemplo disso está nas palavras do Ministro Paulo Renato de Souza (NOVA Escola, n.102,1997, p.13), quando comenta a natureza dos cursos de formação profissional em nível superior que o MEC gestava nesses anos: “É um curso sem a carga teórica exagerada da Pedagogia”.

O discurso educacional oficial presente na revista Nova Escola é produtivo no sentido em que põe em circulação um conjunto de representações sobre a “realidade” da educação pública brasileira e do trabalho docente. Esses discursos, largamente veiculados pelo artefato aqui analisado, interpelam nossos modos de pensar o trabalho escolar, o trabalho e as identidades de professoras e professores da escola de educação fundamental.

As reestruturações da escola pública brasileira de ensino fundamental têm sido, desde princípios da década de 1990, intensamente acompanhadas de uma discursividade que se encarregou de fabricar a imagem de uma escola ineficiente e descomprometida com seu público-alvo. Como se discutiu anteriormente, essa foi uma das estratégias que possibilitou um certo consentimento ativo e aquiescência da população em relação às propostas oficiais para a educação pública. As professoras e os professores emergiram nos discursos aqui analisados como os grandes responsáveis por essa situação, mas, ao mesmo tempo, também como aqueles que poderão superar esse quadro com seu esforço e empenho individual.

O campo educacional é um território disputado pelos mais diferentes discursos presentes em nossa sociedade. A análise realizada neste trabalho nada mais pretendeu do que entrar nesses jogos de linguagem que as políticas educacionais oficiais vêm suscitando desde diferentes lugares e perspectivas, buscando, de forma interessada e

intencional, uma problematização do impacto das propostas oficiais para o trabalho escolar e docente.

REFERÊNCIAS

COSTA, Marisa Vorraber & SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A revista Nova Escola e a constituição de identidades femininas. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de & BRUSCHINI, Cristina. (org) *Horizontes Plurais*. São Paulo: Editora 34, 1998. p.343-378.

DALE, Roger. O marketing do mercado educacional e a polarização da educação. In: GENTILI, Pablo. (org) *Pedagogia da Exclusão – crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.137-168.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4 ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 239p.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. *Currículo sem fronteiras*, v.1, n.2, p.117-130, Jul/Dez. 2001.
Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>

NOVA ESCOLA. O destino da educação nas mãos de um professor. São Paulo: Editora Abril, ano IX, n. 81, dezembro de 1994. p. 8-13.

NOVA ESCOLA. O que esperar e o que não esperar do MEC. São Paulo: Editora Abril, ano X, n. 82, março de 1995. p. 50-52.

NOVA ESCOLA. Currículo Básico Nacional: O que vem por aí. São Paulo: Editora Abril, ano X, n. 83, abril de 1995, p. 52-53.

NOVA ESCOLA. Vem aí um canal de tv só para educação. São Paulo: Editora Abril, ano X, n. 85, junho de 1995. p. 52-53.

NOVA ESCOLA. Currículo um pacote de novidades. São Paulo: Editora Abril, ano XI, n. 91, março de 1996. p. 49-51.

NOVA ESCOLA. Há muitas vagas. São Paulo: Editora Abril, ano XI, n. 94, junho de 1996. p. 51-53.

NOVA ESCOLA. Adeus salário miséria. São Paulo: Editora Abril, ano XI, n.98, novembro de 1996. p. 42-45.

NOVA ESCOLA. O que a LDB vai mudar no ensino. São Paulo: Editora Abril, ano XII, n. 100, março de 1997. p.44-45.

NOVA ESCOLA. Qualidade à vista. São Paulo: Editora Abril, ano XII, n.102, maio de 1997. p. 8-15.

NOVA ESCOLA. Avaliação – check-up no ensino. São Paulo: Editora Abril, ano XII, n. 104, agosto de 1997. p. 10-17.

NOVA ESCOLA. O salário aumentou. São Paulo: Editora Abril, ano XIV, n. 123, junho de 1999. p. 44-46.

NOVA ESCOLA. É hora de cuidar de sua carreira. São Paulo: Editora Abril, , ano XIV, n. 128, dezembro de 1999. p. 10-18.

NOVA ESCOLA. O ensino mudou. E você? São Paulo: Editora Abril, ano XV, n. 131, abril de 2000. p. 29.

NOVA ESCOLA. A escola de todos nós. São Paulo: Editora Abril, ano XV, n. 133, junho/julho de 2000. p. 1-19.

TRAVERSINI, Clarice Salete. *Programa Alfabetização Solidária: o governo de todos e de cada um*. Porto Alegre, Faculdade de Educação, UFRGS, 2003. (Tese de Doutorado).

Simone Barreto Anadon é licenciada em Pedagogia em 2000, pela Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Educação em 2002, pela FaE - UFPel. Em 2005 defendeu Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel, "Trabalho e identidade docente no contexto da reforma educacional iniciada na década de 1990" (orientada por Maria Manuela Alves Garcia). Atua como Coordenadora Pedagógica dos anos iniciais na Escola São Francisco de Assis. Tem diversos livros publicados.
E-mail: liararo@liararo.com.br

Maria Manuela Alves Garcia é Licenciada em Pedagogia em 1987, pela Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Alfabetização pelo GEEMPA, em 1989. É Professora do Departamento de Ensino da Faculdade de Educação da UFPel desde 1989 e do PPGE-UFPel desde 2000, atuando na linha de pesquisa "Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente". Em 1994 defendeu Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, "Tempos Pioneiros: a constituição do campo da Didática no ensino superior brasileiro" (orientada por Magda Becker Soares). Em 2000, conclui Tese de Doutorado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, "A função pastoral-disciplinar das pedagogias críticas". Tem diversos artigos como principal autora e em colaboração com outros autores sobre seus temas de interesse e estudo publicados nas principais revistas da área educacional como "Educação & Realidade", "Cadernos de Pesquisa", "Currículo sem Fronteiras", "Educação em Revista", "Educação e Pesquisa" e os livros "A Didática no ensino superior" (Papirus, 1994), "Pedagogias críticas e subjetivação: uma perspectiva foucaultiana" (Vozes, 2000), "Trabalho docente: formação e identidades" (Seiva, 2000).
E-mail: garciamma@terra.com
